



ÚLTIMA SEMANA DE VOTAÇÃO EM 2021

Na prática, esta é a última semana de votação de projetos na Câmara dos Deputados e no Senado Federal em 2021. Contudo, há possibilidade de se realizar uma sessão do Congresso Nacional na próxima segunda-feira (20/12) com o objetivo de votar o orçamento para 2022.

CÂMARA DOS DEPUTADOS

As atenções do plenário estão voltadas para:

- Requerimento nº 5.358/16, dos Srs. Líderes, que requer urgência para apreciação do PL 442/1991, do dep. Renato Vianna (PMDB-SC), que revoga os dispositivos legais que dispõem contra à prática do "jogo do bicho" (Marco Regulatório dos Jogos no Brasil).
- PL 2.148/2015, do dep. Jaime Martins (PROS-MG), que estabelece *redução de tributos para produtos adequados à economia verde de baixo carbono*. Relatora: Dep. Carla Zambelli (PSL-SP).
- PL 2.405/2021, do dep. Gustavo Fruet (PDT-PR), que altera a Lei 7.797/1989, que cria o *Fundo Nacional de Meio Ambiente*, para dispor sobre a aplicação prioritária de recursos em projetos de energia limpa e renovável. O PL tem parecer da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, pela aprovação. A relatora é a dep. Carla Zambelli (PSL-SP).

COMISSÕES DA CÂMARA

GT - Código De Mineração - Decreto-Lei 227/67

- No dia 13/12, a relatora-geral do Grupo de Trabalho, dep. Greyce Elias (AVANTE-MG) deveria apresentar o Relatório 2/2021, considerando os pedidos de Vista conjunta dos dep. Airton Faleiro (PT-PA), Da Vitória (CIDADANIA-ES), Joaquim Passarinho (PSD-BA) e Ricardo Izar (PP-SP). No entanto, por estratégia da oposição, a reunião agendada não alcançou o quórum para a deliberação. Por isso, foi remarcada para os dias 14/12 e 15/12. Entre as novidades apresentadas, no dia 01/12, estão as seguintes proposições: os Estados e Municípios não necessitarão dar anuência para a extração mineral e as autorizações de pesquisa; as concessões de lavras poderão ter registro de licenciamento com aprovação tácita se não houver resposta da Agência de Mineração (ANM) em 180 dias; proibição de criação de unidades de conservação, áreas de proteção ambiental, tombamentos e outras demarcações que restrinjam a atividade minerária sem que ocorra ampla discussão e participação da sociedade, da ANM e dos titulares de direitos minerários abrangidos por estas unidades, bem como análise de impacto econômico.

Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

- Dia 14/12, a partir de 14hs, haverá discussão e votação do PL 5.544/2020 - do dep. Nilson F. Stainsack (PP-SC), que "dispõe sobre a autorização para caça esportiva de animais no território nacional", isto é, a *liberação da caça no Brasil*. O

relator, dep. Nelson Barbudo (PSL-MT), deu parecer pela aprovação, com substitutivo.

- Dia 14/12, a partir de 14hs, haverá discussão e votação do PL 5467/2019, da dep. Joenia Wapichana (REDE-RR), que altera a Lei 9.605/1998 e a Lei 6.001/1973, para *reverter em benefício dos povos indígenas os valores arrecadados em pagamento de multas* por infração ambiental cometida em terras indígenas. O relator, dep. Nilto Tatto (PT-SP), deu parecer pela aprovação.

Comissão de Legislação Participativa

- Dia 14/12, às 15hs – Audiência Pública com o tema: *povos indígenas na formação da cultura brasileira*. O req. n. 112/2021 é do dep. Waldenor Pereira (PT-BA). Convidados: Daniel Munduruku; Davi Kopenawa Yanimami; Glicélia Tupinambá; Gersen Baniwa; Professores Indígenas da Universidade Federal do Amazonas (UFAM); Daiara Tukano e Marcio Meira.

SENADO FEDERAL

- PEC 69/2019, de autoria do sen. Jaques Wagner (PT-BA) e outros, que inclui a *economia solidária* entre os princípios da Ordem Econômica. O relator, sen. Alessandro Vieira (CIDADANIA-SE) deu parecer positivo.

COMISSÕES DA CÂMARA

Comissão de Agricultura e Reforma Agrária - Comissão De Meio Ambiente

- Dia 15/12, às 8h, acontece uma reunião conjunta para discutir e votar o relatório apresentado pelo Senador Carlos Fávaro (PSD-MT) sobre os PL 2633/2020 e PL 510/2021 - os "*PL da Grilagem*". A Comissão para Ecologia e Integral e Mineração da CNBB, a CPT e a presidência da CNBB estão acompanhando essa tramitação com muita atenção.

OUTROS INFORMES

- A leitura do Relatório do PL 3729/2004, que altera a lei do *Licenciamento ambiental* e seria apresentado no dia 09/12, foi cancelada pela Relatora Senadora Kátia Abreu e ainda não há previsão de novo agendamento de data na comissão.

- A Câmara dos Deputados aprovou na última quarta-feira (8/12) o PL, do sen. Jorginho Mello (PL-SC) que *transfere para a legislação municipal as regras de proteção de margens de rios em áreas urbanas*. O Plenário rejeitou emenda do Senado ao PL 2510/2019, que será enviado à sanção presidencial. Atualmente, o Código Florestal fixa faixas marginais que variam de 30 a 500 metros conforme a largura dos rios, considerando-as áreas de preservação permanente (APP). Segundo o texto aprovado pelos deputados, nas áreas consolidadas urbanas – e após serem ouvidos os conselhos estaduais, municipais ou distrital de meio ambiente – o Legislativo municipal poderá estabelecer em lei faixas diferentes das previstas no Código Florestal com regras que estabeleçam a não ocupação de áreas de risco de desastres.